

1 Ata da reunião ordinária nº 1464 do
2 Conselho de Administração da
3 Universidade Estadual de Londrina
4 - UEL, realizada no dia 09 de
5 setembro de 2020.

6 No dia 09 do mês de setembro, do ano de dois mil e vinte, às quatorze
7 horas e trinta minutos, na sala virtual link [https://](https://meet.google.com/njk-qhww-aku)
8 <https://meet.google.com/njk-qhww-aku>, em razão do isolamento social,
9 decorrente da pandemia de coronavírus, reuniu-se ordinariamente o
10 Conselho de Administração, sob a presidência do Reitor, Prof. Dr.
11 Sérgio Carlos de Carvalho, com a presença do Vice-reitor Prof. Dr.
12 Décio Sabbatini Barbosa e dos seguintes Conselheiros: Ana Heloísa
13 Molina, Paulo César Meletti, Silvano César da Costa, Tânia Lobo Muniz,
14 Airton José Petris, Gilmar Aparecido Altran, Patrícia Mendes Pereira,
15 Aron Lopes Petrucci, Leandro Ricardo Altimari, Sílvia Borba, Fabiano
16 Medeiros, Laura Fernanda Martimbianco, Mateus Gabriel Sugeta,
17 Azenil Staviski, Itamar Rodrigues Nascimento, Amauri Alcindo Alfieri,
18 Paulo Liboni e Mário Sérgio Mantovani. Convidados: Edmarlon Giroto,
19 Neide Zaninelli, Gilson Bergoc, Erika Juliana Dmitruk, Miguel Etinger de
20 Araújo Júnior, Fábio Pitta, Sandra Garcia, Maria Helena Bueno, Débora
21 Maiara, Magaly Buchile, Alberto Durán Gonzáles, Lisiane Freitas de
22 Freitas e Deise Mary Garbelini Bergamin. Ausências justificadas:
23 Hélión Leão Lino Junior e Luiza Kazuko Moriya. **1. ORDEM DO DIA. 1)**
24 **Processo nº 7568/2020 – ARI – deliberar acerca do Protocolo de**
25 **Intenções que entre si celebram a Universidade Privada de Angola**
26 **e a Universidade Estadual de Londrina, para atividades conjuntas**
27 **de pesquisa e intercâmbios de estudantes de graduação e pós-**
28 **graduação.** Relatou o processo o Diretor da Assessoria de Relações
29 Internacionais, prof. Fábio Pitta. Ele informou tratar-se de Convênio de
30 Acordo Geral, sem nenhum tipo de contrapartida financeira. O
31 Convênio já foi aprovado pela Procuradoria Jurídica da UEL e assinado
32 pela Universidade de Angola. Foi solicitado inicialmente pela professora
33 Andrea Rocha, do Departamento de Serviço Social, que tem a intenção
34 inclusive de fazer um Acordo Específico com o Curso de Serviço Social,
35 para intercâmbio de docentes e alunos. Por enquanto é uma iniciativa
36 mais ampla, para posteriormente ser afunilado para um Acordo de
37 intercâmbio. Colocado em votação, foi aprovado por unanimidade. **2)**
38 **Processo 2815/2020 – CASA DE CULTURA - deliberar acerca do**
39 **relatório do 39º Festival Internacional de Música de Londrina -**
40 **edição 2019.** Relatou o Processo a Diretora da Casa de Cultura, Maria
41 Helena Ribeiro Bueno. Ela informou tratar-se do relatório de prestação
42 de contas do 39º Festival de Música de Londrina, edição 2019, em que

1 a UEL é co-promotora com parceria formalizada por meio de Convênio
 2 aprovado por este Conselho, em 22 de maio de 2019. Não houve
 3 aprovação de recurso financeiro direto e, portanto, são apenas
 4 investimentos indiretos que traduzindo em valor financeiro totaliza
 5 R\$205.039,16, referentes a espaço físico, serviços de gráfica,
 6 transportes, recursos humanos, material de consumo e empréstimos de
 7 instrumentos, cadeiras e estantes da orquestra. Disse que o evento foi
 8 composto por uma programação acadêmico-científica, artístico e
 9 pedagógica. A programação acadêmico-científica, foi assumida e
 10 financiada pela Associação dos Amigos do Festival de Música. Foi
 11 realizado o 5º Encontro Nacional de Composição Musical – ENCOM e
 12 o compositor homenageado nessa edição foi o prof. Mário Loureiro, do
 13 Curso de Música da UEL. Foram realizadas três mesas redondas, três
 14 oficinas e quatro apresentações. A programação artística teve 74
 15 eventos para um público de 40 mil pessoas e a programação
 16 pedagógica, 53 cursos com 1326 inscrições de 752 alunos. A captação
 17 de recursos feita pela Associação foi de aproximadamente R\$1 milhão
 18 e a divulgação da UEL, conforme acordado no Convênio foi cumprida.
 19 Finalizou dizendo que o Relatório foi apreciado e aprovado pela Proplan
 20 e AAI. Colocado em votação, foi aprovado por unanimidade. Os
 21 Processos referentes aos itens 3 a 7 foram analisados em bloco. **3)**
 22 **Processo nº 7438/2020 – COPS - deliberar acerca do pedido de**
 23 **isenção do preço público para a inscrição do vestibular da UEL,**
 24 **para apenados da Penitenciária Estadual de Londrina – PEL1. 4)**
 25 **Processo nº 7441/2020 – COPS - deliberar acerca do pedido de**
 26 **isenção do preço público para a inscrição do vestibular da UEL,**
 27 **para apenados da Penitenciária Estadual de Londrina – PEL2. 5)**
 28 **Processo nº 7442/2020 – COPS - deliberar acerca do pedido de**
 29 **isenção do preço público para a inscrição do vestibular da UEL,**
 30 **para apenados da Casa de Custódia de Londrina. 6) Processo nº**
 31 **7448/2020 – COPS - deliberar acerca do pedido de isenção do**
 32 **preço público para a inscrição do vestibular da UEL, para**
 33 **apenados do Patronato Penitenciário. 7) Processo nº 7449/2020 –**
 34 **COPS - deliberar acerca do pedido de isenção do preço público**
 35 **para a inscrição do vestibular da UEL, para apenados do Centro**
 36 **de Reintegração Social de Londrina - CRESLON.** Relatou os
 37 Processos a Coordenadora de Processos Seletivos, Profª Sandra
 38 Garcia. Ela informou que a Cops recebeu, estas solicitações de
 39 isenções do preço público de inscrição para o Vestibular de 2021, assim
 40 como em anos anteriores, com o acréscimo da Casa de Custódia e do
 41 Patronato. Disse que no ano de 2018 foram 117 pedidos de isenções;
 42 no ano de 2019, 165; no ano de 2020, 195 e este ano estão pedindo

1 313 isenções. Ressaltou que no ano passado este Conselho solicitou
2 que fosse realizado um Termo de Compromisso, a fim de haver uma
3 formalização entre as partes. Foram realizadas reuniões com as
4 Direções do DEPEM, juntamente com a Reitoria, Vice-Reitoria, Proplan
5 e eles apresentaram as dificuldades em relação a algum tipo de
6 contrapartida e a proposta que culminou foi um Memorando de
7 Entendimento entre a Universidade e o Departamento Penitenciário de
8 Londrina. A Copese solicita que seja incluída na discussão, que a
9 realização deste Vestibular nas dependências dos órgãos vinculados
10 ao Departamento Penitenciário, fique condicionada à garantia do
11 DEPEN na manutenção do mesmo número de candidatos,
12 considerando 50% de ocupação em cada sala, bem como o
13 atendimento de todas as recomendações sanitárias. O Conselheiro
14 Leandro Altimari solicitou esclarecimento em relação à descrição no 3º
15 parágrafo do Termo, que explicita a contrapartida apresentada, porém
16 ao analisar todos os processos na íntegra, não constatou descrição de
17 contrapartida. A chefe de Gabinete da Reitoria, profª Lisiane Freitas de
18 Freitas esclareceu que após contatos com o DEPEN, foi sinalizado que
19 a contrapartida apresentada por eles seria material de expediente,
20 como sulfites e canetas, que poderão inclusive ser utilizados no
21 Vestibular e que isso será acrescentado no Termo, caso haja a
22 aprovação por este Conselho. A chefe de Divisão de Convênios,
23 Magaly Buchile esclareceu que este Conselho pode aprovar,
24 condicionado ao acréscimo da informação da contrapartida no
25 Memorando de Entendimento. A Conselheira Silvia Borba questionou
26 sobre quem fará a fiscalização das condições sanitárias durante a
27 aplicação das provas. A profª Sandra Garcia esclareceu que estão
28 fazendo reuniões com as Direções do DEPEN e que é preciso ficar bem
29 claro, as condições que esses Departamentos apresentarão em relação
30 aos ambientes de provas, mesmo porque ninguém vai querer ser fiscal
31 ou mesmo coordenar os processos de provas, se não houver todas as
32 condições garantidas. O Conselheiro Silvano César da Costa colocou
33 que nos anos de 2018, 2019 e 2020, a média de inscritos foi de 159
34 pessoas e desses inscritos, quantos foram aprovados e convocados?
35 Quantos alunos temos hoje nesta situação, qual o número de
36 formandos já tivemos e qual o tempo médio de cumprimento de pena
37 dessas pessoas? O Reitor Sérgio Carvalho justificou que a Prograd se
38 ausentou da reunião de hoje, por estar com excesso de trabalho e
39 considera que a Prograd e o Sebec teriam condições de esclarecer
40 esses questionamentos. Prof. Silvano ressaltou que particularmente
41 desconhece a efetividade dessa ação e por isso questionou sobre o
42 tempo médio de cumprimento de pena. Em relação à isenção da

1 inscrição, são 313 isenções solicitadas que perfazem um valor
2 aproximado de R\$43 mil que a Universidade deixaria de arrecadar.
3 Questionou se a Secretaria de Justiça não poderia bancar essas
4 inscrições e porque é sempre a Universidade que tem de abrir mão
5 dessa receita. Acha que é preciso que os Diretores do DEPEN
6 procurem recursos junto à Secretaria de Justiça, pois a cada ano vão
7 chegar mais pedidos e já temos o Sebec que faz um trabalho de
8 isenções dentro dos critérios estabelecidos pela Universidade. A
9 Conselheira Patrícia Mendes Pereira considera falta de interesse e até
10 mesmo de empenho por parte dessas Instituições. Até entende o papel
11 da Universidade junto à sociedade, mas são muitas as isenções
12 solicitadas a este Conselho. Acha que esses setores teriam outros
13 locais para conseguir esse recurso. Sente-se preocupada com os riscos
14 sanitários na execução deste procedimento, pois são muitos apenados.
15 e declara seu voto contrário a essas isenções. O Conselheiro Leandro
16 Altimari buscou na internet os dados questionados pelo prof. Silvano e
17 esclareceu que no dia 29 de novembro de 2019, foi publicado na
18 Agência UEL de Notícia, que 191 detentos se inscreveram para fazer a
19 prova e desses 84 foram aprovados na primeira fase em diversos
20 cursos e uma parte desses eram detentos que participaram do cursinho
21 preparatório da UEL. No ano seguinte foi publicado na Folha de
22 Londrina, que 13 estudantes do sistema prisional foram aprovados na
23 primeira chamada da UEL, em vários cursos. Acha que são dados de
24 extrema importância e mostra o papel que a Universidade tem
25 desenvolvido neste contexto, oportunizando os “excluídos” a partir de
26 uma ação continuada. Considera essa uma política institucional
27 extremamente importante e é favorável a apoiar ações como estas e
28 tentar ampliar as discussões na SETI e Secretaria de Segurança, ou
29 seja, uma política de Estado. A Conselheira Tânia Muniz questionou
30 quais são os critérios de isenções que normalmente constam do Edital.
31 A profª Sandra Garcia esclareceu que existem três modalidades de
32 isenções: 1) isenção total pelo CAD único; 2) Análise socioeconômica
33 realizada pelo Sebec e 3) Isenção interna aos servidores. A Diretora da
34 Biblioteca Central, Neide Zaninelli se manifestou contrária a 100% de
35 isenção, talvez um percentual de desconto seria uma saída. Sugeriu
36 colocar um número limite de isenções. O Conselheiro Aron Petrucci
37 colocou que todos os anos a Universidade isenta e fica pagando a conta
38 para manter políticas. Quanto será que a Universidade já recebeu de
39 isenção? Não se sente confortável com o texto vago da contrapartida.
40 A Conselheira Silvia Borba questionou se a UEL vai deixar de dar
41 oportunidade a 313 pessoas de se formar, de sair da criminalidade, por
42 conta de uma possível receita. O Conselheiro Paulo Meletti considera

1 esse um serviço muito importante que a Universidade presta. O Brasil
2 tem uma população carcerária imensa e por mais que seja importante
3 preocupar com os recursos da Universidade, acha que não podemos
4 normalizar a miséria que o serviço público vive, pelo contrário temos
5 que nos unir para exigir do poder público que o dinheiro seja bem
6 distribuído e bem usado. Acha que a Universidade deve se orgulhar de
7 prestar esse tipo de serviço. A Conselheira Tânia Muniz se sente
8 preocupada de abrir mão de receita, com a ideia de não buscarmos
9 uma contrapartida e acha que temos que incitar o poder público no
10 sentido de que ele colabore com a instituição. Por outro lado, imagina
11 que temos regras para a isenção e se analisarmos, os apenados se
12 enquadram nesse perfil. O Conselheiro Leandro Altimari disse que é
13 preciso organizar para que nos próximos processos seletivos, os
14 apenados atendam o regramento institucional, através dos critérios de
15 isenção existentes hoje. O Pró-Reitor de Administração e Finanças,
16 Azenil Staviski informou ao prof. Aron que está há dois anos na Proaf e
17 com certeza nunca foi recebido isenção de espécie alguma e ainda
18 fomos agraciados com 30% da receita própria do ensino e da saúde.
19 Em relação à questão do preço público disse que não devemos abrir
20 mão de receita nenhuma, entretanto somos de uma instituição de
21 ensino e é preciso avaliar o custo/benefício e acha que fazemos isso
22 muito bem. O custo desses R\$43 mil é muito importante, mas foi
23 considerado um equilíbrio financeiro para as isenções. Sabemos que
24 se abirmos mão deste custo, o custo social e político que teríamos que
25 pagar, dado a conjuntura social, seria muito ruim, talvez gastaríamos
26 dez vezes esse valor e não limparíamos a nossa imagem. O
27 Conselheiro Airton Petris considera que a contrapartida que vê nesse
28 processo é fazer a inclusão desses apenados na sociedade. Acha que
29 em todos os documentos como Termos de Compromissos e
30 Convênios, ao fazer o aceite, deve ficar muito claro os valores que
31 estamos deixando de arrecadar, para que as pessoas tenham noção
32 de que a UEL participa do ponto de vista financeiro e devolve isso para
33 a sociedade. Concorde que se estes apenados forem submetidos a
34 uma análise socioeconômica certamente a maioria deles, pela história
35 dos presídios brasileiros, são de parcelas da população excluídos das
36 possibilidades culturais, intelectuais, de conhecimento e de ensino. O
37 Conselheiro Silvano colocou que no início de sua fala fez algumas
38 perguntas, porque se der oportunidade ele entra e isso é inclusão, mas
39 se ele tem um ano de pena e ele deixa a penitenciária, larga o curso
40 para procurar emprego, não houve inclusão. Acha que é um assunto
41 polêmico e precisaria de mais informações. Solicitou ao Reitor um
42 levantamento dessas informações para futuramente discutir sobre

1 essas questões. Por que não fazemos a isenções normalmente para
2 eles? Por que vem um documento pedindo isenção para vários
3 apenados? alguns devem ter condições de pagar. Acha que deve ser
4 analisado caso a caso com os critérios estabelecidos pela Universidade
5 e não de forma generalizada. O Reitor Sérgio Carlos de Carvalho
6 ressaltou que é uma política pública de inclusão e quem tem que
7 financiar são os impostos e não necessariamente os vestibulandos. E
8 em sua avaliação o vestibular deveria ser gratuito, financiado pelos
9 impostos. Este ano, dada a peculiaridade, uma negativa seria muito
10 complicado e ruim para a Universidade, mas nada impede que a
11 Reitoria encaminhe um documento aos Diretores dessas Instituições,
12 informando que para os próximos anos isso deve mudar, em função de
13 que os recursos repassados pelo Governo do Estado são cada vez
14 menores e não teremos condições de manter essa política de isenção,
15 sem o aporte de recursos públicos. Colocado em votação, o Conselho
16 aprovou com 2 (dois) votos contrários e 1(uma) abstenção, os itens 3 a
17 7, de pedidos de isenção do preço público para as inscrições dos
18 apenados para o Vestibular da UEL, com a inclusão, nos Memorandos
19 de Entendimento, de cláusula de garantia de condições sanitárias e de
20 distanciamento social aos envolvidos no processo. **8) Processo nº**
21 **6253/2020 – GABINETE DA REITORIA - deliberar acerca da minuta**
22 **de resolução que regulamenta o credenciamento, relacionamento**
23 **e controle das Fundações de Apoio na Universidade Estadual de**
24 **Londrina.** Relatou o Processo a Profa. Dra. Erika Dmitruk. Ela informou
25 que que trata-se de um Grupo de Trabalho, instituído pela Portaria
26 1704/2020, constituído por ela, profª Tânia Muniz, Magaly Buchile,
27 Mário Sérgio Mantovani, Azenil Staviski, Paulo Antonio Liboni e Amauri
28 Alfieri, com o objetivo de construir uma minuta de Resolução que
29 regulamentasse o credenciamento e o relacionamento entre a
30 Universidade e as suas Fundações de Apoio. Disse que o documento
31 foi construído ao longo de dois meses, com a participação ativa dos
32 membros que também são gestores de Convênios, Contratos, Termos
33 de Cooperação, realizados pela Universidade e suas intervenientes. Foi
34 construído com base na legalidade e na capacidade operacional da
35 Universidade, inclusive buscando melhorar as relações, aplicando a
36 possibilidade de avaliação dessa relação e instrumentos de controle. O
37 Conselheiro Leandro Altimari perguntou se não existe parâmetro
38 normativo com relação à limitação do quantitativo de possíveis
39 interessados, ou seja, podemos ter quantos possíveis desde que
40 atendam aos critérios. A profª Erika respondeu que sim, porque há
41 inclusive uma perspectiva de que possa futuramente existir Fundações
42 especializadas. O Conselheiro Ailton Petris citou o parágrafo único do

1 Artigo 12 que trata de concessão de bolsas e a questão de relação com
2 o corpo docente e técnico. Questionou se isso foi colocado no sentido
3 de garantir que não haja duplicidade no pagamento. Prof^a Erika
4 respondeu que sim e o Artigo 12 foi constituído com base na legislação
5 vigente hoje nacionalmente e com base no conhecimento da legislação
6 preparada no Estado do Paraná. As Fundações de Apoio têm
7 autorização para realizar estas formas de pagamento, bolsas de
8 ensino, pesquisa e extensão e de estímulo à inovação e essa verba
9 variável está relacionada à prestação de serviço em inovação. Disse
10 que em relação à inovação há essa possibilidade, é uma previsão legal.
11 No marco federal tem uma nomenclatura específica que é um adicional
12 variável e no paraná a lei utiliza verba variável, mas são a mesma coisa.
13 Disse que a aprovação dos Conselhos Superiores das Universidades é
14 uma exigência legal e por isso foi colocado nesta Resolução que o
15 Conselho de Administração é quem disciplina as hipóteses, os
16 referenciais de valores, os critérios de pagamentos e o procedimento
17 para concessão das bolsas. Conselheiro Airton sugeriu que a
18 Assessoria de Tecnologia da Informação ficasse de prontidão, porque
19 isso pode criar uma grande demanda. Erika esclareceu que a ATI
20 participou das reuniões do Grupo de Trabalho e existe inclusive a
21 possibilidade de aproveitar um sistema que já está sendo desenvolvido
22 pela ATI para os Convênios e que talvez em janeiro já tenhamos um
23 sistema para gerar os relatórios. Colocado em votação, foi aprovado
24 com 3 (três) abstenções. Ver Resolução CA nº 046/2020. O Reitor
25 parabenizou o trabalho do Grupo e relatou que em relação à discussão
26 das Fundações, a UEL é a Universidade do Paraná que está mais
27 avançada e no quesito lei de Fundações o nosso corpo institucional
28 está muito bem representado e entendendo bem os procedimentos. **II.**
29 **INFORMES.** 1) O Reitor Sérgio Carvalho informou que desconhece o
30 motivo, mas a UEL foi contemplada com o custeio não estatisticamente
31 diferente de zero em Outras Despesas Correntes – ODC. Explicou que
32 é não estatisticamente diferente de zero, porque em 2019 tínhamos
33 R\$14 milhões de custeio fonte do tesouro para o ensino; em 2020
34 fomos contemplados com R\$11 milhões, sendo que R\$3 milhões são
35 das Residências de Odontologia e da Medicina Veterinária, portando
36 restando apenas R\$7 milhões de custeio para a Universidade e este
37 ano fomos contemplados com o teto de R\$75 mil. A outra Universidade
38 que também foi contemplada com esse valor foi a UEPG. Disse que
39 nem a bolsa indígena estava garantida, pois a SEFA colocou a bolsa
40 indígena como fonte 250, sendo que todas as Universidades entraram
41 no Projeto Cuia, desde que o Estado financiasse as bolsas dos
42 indígenas. Fizeram tratativas junto à SETI, a fim de reverter essa

1 situação, houve um avanço e chegaram a R\$5 milhões com a inclusão
2 das bolsas indígenas, mas não estão previstas as Residências da
3 Odontologia e da Medicina Veterinária e sim, as bolsas relacionadas a
4 outras áreas da saúde e que estão ligadas ao CCS/HU. Vão ter que se
5 mobilizar politicamente para garantir essas bolsas, caso contrário, terão
6 que fechar o atendimento do Hospital Veterinário e da Clínica
7 Odontológica. O Reitor colocou que a única explicação para a UEL e
8 UEPG se diferenciarem das demais, é que são as únicas Universidades
9 que estão dando combate efetivo à ingerência do Tribunal de Contas
10 na questão do Tide Administrativo e na carreira. A APIESP vai entrar
11 com uma ação coletiva, a fim de garantir a autonomia das
12 Universidades em exercer a Lei de cargos. 2) O Conselheiro Silvano
13 César das Costa informou que entregaram ontem, dia 08 de setembro,
14 no assentamento Flores do Campo, 202 cestas básicas; além disso, 14
15 cestas foram entregues ao SEBEC para atender aos alunos
16 cadastrados e 25 cestas e 120 litros de Q-Boa para atender aos idosos
17 do projeto da PROEX. Agradeceu a todos pelas doações e
18 cooperações. 3) O Conselheiro Leandro Altimari relatou sobre uma
19 situação que está ocorrendo no CEFE, de projetos de extensão, termos
20 de cooperação, assim como PAS, relacionados com ações que
21 envolvem práticas, por exemplo, o projeto do Atletismo, que é um
22 esporte individual, praticado em local amplo, aberto e que propicia um
23 distanciamento entre as pessoas. Recentemente o coordenador do
24 projeto solicitou retorno das atividades na pista da UEL, amparado no
25 Decreto Municipal que permitiu a retomada das atividades esportivas,
26 realizadas de forma individual. Citou ainda o exemplo de um PAS onde
27 fazem uso de Laboratório de avaliação física e o contato é entre
28 paciente e docente, ou seja, contato restrito no número de pessoas.
29 Além disso, têm os projetos de pesquisa, que são na sua maioria
30 realizados com seres humanos, como em cursos de pós-graduação
31 onde 95% dos projetos dependem de intervenções de laboratórios.
32 Solicitou que a Proppg, assim como o Gabinete da Reitoria, abra
33 espaço para iniciar uma conversa sobre essas retomadas das
34 atividades presenciais. O Vice-Reitor Décio Sabbatini Barbosa
35 esclareceu que existem dois grupos que avaliam estas condições
36 sanitárias. O primeiro, que é o sub-grupo sanitário surgiu, quando da
37 construção do grupo administrativo, as pessoas ligadas à área da
38 saúde perceberam que teriam que elaborar um protocolo para quando
39 do retorno as atividades presenciais. Este sub-grupo sanitário está
40 inserido também em um grupo maior que tem pessoas da Regional da
41 Saúde, médicos e enfermeiros. Sabem que mais cedo ou mais tarde
42 essas demandas virão e toda e qualquer iniciativa no sentido de que se

1 vislumbre a necessidade de começar a ter uma presença maior, tem
2 que ser feita e encaminhada ao Gabinete da Vice-Reitoria, uma
3 solicitação formal, onde serão convocados os membros do sub-grupo
4 sanitário ou mesmo do grupo maior para avaliar caso a caso. O que
5 deve ficar claro é que em toda e qualquer volta de atividades
6 presenciais dentro do campus, é preciso garantia de condições de
7 higiene sanitária da melhor forma possível. Nada mais havendo para
8 tratar, o Prof. Sérgio Carvalho agradeceu a presença de todos e
9 encerrou a reunião e eu, Deise Mary Garbelini Bergamin, Secretária
10 Geral dos Órgãos Colegiados Superiores, lavrei esta ata, que após lida
11 e aprovada será assinada por mim e pelos membros do Conselho
12 presentes na reunião.

13

14 Sérgio Carlos de Carvalho
15 Reitor

16

17 Décio Sabbatini Barbosa
18 Vice-Reitor

19

20 Ana Heloisa Molina

21 Vice-Diretora do Centro de Letras e Ciências Humanas

22

23 Paulo Cesar Meletti

24 Diretor do Centro de Ciências Biológicas

25

26 Silvano Cesar da Costa

27 Diretor do Centro de Ciências Exatas

28

29 Tânia Lobo Muniz

30 Diretora do Centro de Estudos Sociais Aplicados

31

32 Airton José Petris

33 Diretor do Centro de Ciências da Saúde

34

35 Gilmar Aparecido Altran

36 Diretor do Centro de Educação, Comunicação e Artes

37

38 Patrícia Mendes Pereira

39 Diretora do Centro de Ciências Agrárias

40

41 Aron Lopes Petrucci

42 Diretor do Centro de Tecnologia e Urbanismo

43

44 Leandro Ricardo Altimari

45 Diretor do Centro de Educação Física e Esportes

46

47

1	Sílvia Borba	_____
2	Representante dos servidores técnicos administrativos	
3		
4	Fabiano Medeiros	_____
5	Representante dos servidores técnicos administrativos	
6		
7	Laura Fernanda Martimbianco	_____
8	Representante discente	
9		
10	Mateus Gabriel Sugueta	_____
11	Representante discente	
12		
13	Amauri Alcindo Alfieri	_____
14	Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação	
15		
16	Mário Sérgio Mantovani	_____
17	Pró-Reitor de Planejamento	
18		
19	Azenil Staviski	_____
20	Pró-Reitor de Administração e Finanças	
21		
22	Itamar Rodrigues Nascimento	_____
23	Pró-Reitor de Recursos Humanos	
24		
25	Paulo Liboni	_____
26	Representando a Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Sociedade	
27		
28		
29	<u>CONVIDADOS</u>	
30		
31	Neide Zaninelli	_____
32	Diretora da Biblioteca Central	
33		
34	Edmarlon Giroto	_____
35	Diretor da Farmácia Escola	
36		
37	Gilson Bergoc	_____
38	Prefeito do Campus	